



VI SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO REMUNERADO NA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA – FOLHA DE RESPOSTAS

Nome: _____ CPF: _____

E-mail: _____ Telefone(s): () _____

Orientações Gerais:

1. Você recebeu do fiscal um caderno de provas contendo as provas **objetiva e discursiva** e a folha de respostas, que deverá ser preenchida somente com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de material transparente.
2. Verifique se a prova objetiva contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com quatro opções de respostas (alternativas "a" a "d"). Cada questão terá apenas um item a ser considerado como resposta correta. Serão consideradas incorretas as respostas que estiverem em desacordo com o gabarito oficial, com o edital e com as instruções da folha de resposta, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
3. Verifique se a prova discursiva contém apenas 1 (uma) questão. A prova discursiva deverá ser manuscrita com letra legível e avaliará, além dos conhecimentos jurídicos, a capacidade de expressão na modalidade escrita, coerência textual e manejo da língua portuguesa pelo candidato, sobretudo nos aspectos gramatical e ortográfico.
4. A prova terá duração de **três horas**. Nesse período, o candidato deverá transcrever as respostas da prova na folha de respostas, único documento válido para correção das provas objetiva e subjetiva. Não haverá substituição da folha de respostas em virtude de erro do candidato.
5. Só poderá ser iniciada a prova após a autorização do fiscal da sala.
6. Acarretará a eliminação automática do candidato a consulta a qualquer material, a comunicação entre os candidatos, o porte de arma de qualquer tipo, a utilização de acessórios (boné, chapéu, óculos escuros, **relógio de qualquer tipo**), de aparelhos eletrônicos ou equivalentes (BIP, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, régua de cálculo, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer tipo, gravador, pager etc.), livros, dicionários, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações;
7. É proibido copiar o gabarito em qualquer papel avulso ou mesmo escrevê-lo na mão, devendo o (a) candidato (a) esperar até o final da prova se desejar levar consigo o caderno de questões;
8. Por motivo de segurança, o (a) candidato (a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, **no mínimo, 1 hora e 30 minutos** após o início do exame e somente poderá levar consigo o caderno de questões se permanecer no local de realização da prova **até o encerramento** do seu tempo de duração;
9. Os gabaritos serão divulgados em até 48 (quarenta e oito) horas após a aplicação da prova, por meio do endereço eletrônico <http://www.maceio.al.gov.br/pgm/concursos>.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA

Forma de marcação:

A	
B	■
C	
D	

Respostas do (a) candidato (a):

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A																				
B																				
C																				
D																				

Para uso exclusivo da Comissão:

Nota da Prova Objetiva: _____ . Nota da Prova Discursiva: _____ . Nota Final Total: _____ .



CADERNO DE PROVA - QUESTÕES OBJETIVAS

1. Marque a alternativa que não é elencada expressamente pela CF/88 como cláusula pétrea:

- a) Forma federativa de Estado;
- b) O voto direto, secreto, universal e periódico;
- c) A separação dos Poderes;
- d) O ativismo judicial.

2. A Câmara de Vereadores de Maceió resolve, por iniciativa própria, deflagrar projeto de lei criando cargos no Poder Executivo e estabelecendo reajuste salarial para diversas categorias. Tal diploma normativo:

- a) É constitucional, diante da legitimidade dos vereadores, que são sufragados pelo voto popular;
- b) É constitucional, diante da primazia do Poder Legislativo para tratar de matérias relativas a servidores públicos;
- c) É inconstitucional materialmente, por ofensa à isonomia entre servidores públicos;
- d) É inconstitucional formalmente, por flagrante vício de iniciativa e ofensa à separação dos Poderes.

3. De acordo com a CF/88, são fundamentos da República Federativa do Brasil os listados abaixo, exceto:

- a) Controle de constitucionalidade;
- b) Dignidade da pessoa humana;
- c) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- d) Soberania e cidadania.

4. No Brasil, adota-se um controle de constitucionalidade:

- a) Apenas concentrado;
- b) Apenas difuso;
- c) Difuso por via de ação;
- d) Misto (concentrado e difuso).

5. Cidadão que vê denegado o seu pedido de certidão perante órgão público deverá manejar o seguinte remédio constitucional:

- a) Habeas Corpus;
- b) Habeas Data;
- c) Mandado de Segurança;
- d) Ação Civil Pública;

6. São atributos do ato administrativo os listados abaixo, com exceção de:

- a) Presunção de legitimidade;
- b) Finalidade;
- c) Autoexecutoriedade;
- d) Imperatividade.

7. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- a) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de

exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

b) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

c) Para a contratação de serviços técnicos enumerados na Lei nº 8.666/1993, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

d) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

8. Assinale a alternativa incorreta no tocante a acumulação remunerada de cargos públicos, atendendo aos requisitos previstos na Constituição Federal:

- a) É permitida em caso de dois cargos de professor;
- b) É permitida em caso de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) É permitida em caso de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
- d) É proibido em caso de empregos e funções e autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

9. Assinale a alternativa incorreta sobre competência de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) É competente o foro de domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos;
- b) É competente o foro do lugar onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica;
- c) É competente o foro e domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, não se aplicando essa regra no caso de aeronaves.
- d) É competente o foro do lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano.

10. Ainda no tocante a competência, assinale a alternativa incorreta:

- a) A incompetência relativa será alegada como questão preliminar de contestação, enquanto a incompetência absoluta deve ser objeto procedimento próprio.

b) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

c) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

d) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

11. Assinale a alternativa incorreta no que diz respeito às regras previstas para a Advocacia Pública:

a) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

c) Se aplica o benefício da contagem em dobro ainda quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

d) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

12. Conforme dispõe o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

a) Os menores de 16 (dezesseis) anos;

b) Os Municípios, razão pela qual o direito brasileiro adotou a teoria civilista da representação;

c) Os que, ressalvada alguma causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;

d) Os pródigos.

13. As seguintes entidades são consideradas pessoas jurídicas de direito privado pelo art. 44 do Código Civil, salvo:

a) As associações;

b) As organizações religiosas;

c) As autarquias;

d) Os partidos políticos.

14. Considerando o critério científico de Agnelo Amorim Filho para distinguir a prescrição da decadência e o que dispõe o Código Civil sobre a matéria, é possível afirmar que:

a) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela decadência;

b) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes;

c) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão;

d) A prescrição iniciada contra uma pessoa cessa com a sua morte.

15. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

a) As ações oriundas da relação de trabalho, inclusive as ações oriundas dos servidores estatutários do Município de Maceió;

b) As ações que envolvam exercício do direito de greve dos servidores públicos;

c) Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei;

d) Os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

16. Quanto ao contrato de trabalho, assinale a alternativa incorreta:

a) Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

b) A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, não afasta a qualidade de empregado prevista na lei.

c) Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.

d) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.

17. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

a) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

b) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

c) Auxílio-alimentação, na forma prevista em lei;

d) Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

18. Acerca do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, de competência municipal, assinale a alternativa correta:

a) Não pode ser progressivo no tempo;

b) Pode ser progressivo no tempo, em qualquer caso, desde que previsto em lei municipal;

c) Pode ser progressivo em razão do valor do imóvel;

d) Pode ter alíquotas diferentes de acordo com a localização, mas não em relação ao uso do imóvel.

19. O sistema tributário brasileiro, na forma prevista na Constituição da República, admite a instituição das seguintes espécies de tributos:

a) Imposto, taxa e preço público;

b) Imposto, taxa, contribuição e pedágio para acesso a vias públicas;

c) Imposto, taxa, contribuição de melhoria, contribuições especiais, empréstimo compulsório e multa;

d) Imposto, taxa, contribuição de melhoria, contribuições especiais e empréstimo compulsório.

20. Sobre o lançamento tributário, assinale a alternativa correta:

a) Constitui atividade discricionária e facultativa da autoridade tributária competente, que pode analisar a conveniência e oportunidade de constituir o crédito tributário;

b) É procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

c) Apesar reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, é regência é da lei vigente no momento em que o lançamento é efetuado, por força do princípio "tempus regit actum";

d) Só pode ser lançado de ofício, pela autoridade tributária competente, e, uma vez notificado o sujeito passivo, não poderá mais ser alterado.

